



GOVERNO DE
GOIÁS
Fazendo o melhor pra você.

LICITAÇÃO - EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2013
Agência Goiana de Desenvolvimento Regional – AGDR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS PARA A PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, DE INTERESSE DA AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

ÍNDICE

1. DO OBJETO	3
2. DO LOCAL, DATA E HORA.....	4
3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	4
4. CADASTRO NO CADFOR E CREDENCIAMENTO	6
5. PROPOSTA	6
6. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO	8
7. JULGAMENTO.....	10
8. REMESSA DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	11
9. RECURSOS	13
10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	14
11. ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	14
12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
14. CONDIÇÕES DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	15
15. CONDIÇÕES CONTRATUAIS.....	16
16. DISPOSIÇÕES GERAIS	16
ANEXO I	18
ANEXO II.....	19
ANEXO III.....	21
ANEXO IV.....	22
ANEXO V.....	23

LICITAÇÃO - EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2013/AGDR

PROCESSO Nº 201300030000597

A Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 003/2012 de 19/01/2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará sessão pública eletrônica na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço do Item**, através do site www.comprasnet.go.gov.br, visando à **CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS PARA A PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, DE INTERESSE DA AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL** de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos, estando a presente licitação e consequente contratação regidas pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, pelo Decreto Estadual nº 7.466 de 18 de outubro de 2011, Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2011 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas vigentes à matéria. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço citado no rodapé ou nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.agdr.go.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS PARA A PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, DE INTERESSE DA AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

1.2 Entende-se como jornal estadual de grande circulação como sendo aquele que possua tiragem diária e abrangência de distribuição em no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado de Goiás, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, atestadas por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional.

1.3 Os valores máximos admitidos são os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Contratação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás	cm / col	3.000 cm	R\$ 19,91*	R\$ 59.730,00

* O valor unitário do cm/col foi baseado no Banco de Preços mantido pela Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN, de acordo com o permissivo da alínea "a" do inciso I, do art. 6º do Decreto 7.696/2012.

2. DO LOCAL, DATA E HORA

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **04/12/2013** a partir das **09:00 horas**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre as **09:00 e 09:40 horas** do dia **04 de dezembro de 2013**.

2.3. A fase competitiva (lances) terá início previsto para o dia **04/12/2013** às **09:41 horas**.

2.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.5. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. Somente poderão participar deste Pregão as empresas:

- a) do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;
- b) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- c) que estejam cadastradas junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR e possuam Certificado de Registro Cadastral – CRC válido, apresentando status homologado, na data de realização da licitação. Alternativamente, estarem credenciadas de forma simplificada apresentando outro certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na lei geral de licitações, conforme estabelecido no art. 10º, §§3º e 4º da Instrução Normativa nº. 004/2011-GS – SEGPLAN, disponível no site www.comprasnet.go.gov.br.
- d) que, previamente, realizem o credenciamento junto ao ComprasNet.GO.

3.2. É vedada a participação de interessado:

- a) concordatário, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que tenha sido declarado inidôneo pela Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal, Municípios);

- c) que esteja suspenso de licitar junto ao CADFOR;
- d) que esteja reunido em consórcio ou coligação, pois consideramos que a formação de consórcio prejudicaria o caráter competitivo do certame para esse objeto;
- e) que não tiver cadastro homologado no CADFOR.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação servidor da AGDR (a qualquer título: efetivo, comissionado, à disposição etc.), bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da AGDR.

3.4. A participação do credenciado neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da *senha* privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço na data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3.5. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante com **cadastro homologado** deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.6. A participação nesta licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

3.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a AGDR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.9. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

3.10 Para usufruir dos benefícios estabelecidos no Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nesta Lei, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (certidão que ateste o enquadramento, expedida pela Junta Comercial **ou, alternativamente**, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório).

3.10.1. O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte quando efetuar o *login* e entrar no Pregão. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

3.10.2. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

4. CADASTRO NO CADFOR E CREDENCIAMENTO

4.1. Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Setor de Cadastro de Fornecedores - CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de registro das propostas. A relação de documentos para cadastramento está disponível no site www.comprasnet.go.gov.br.

4.2. Não havendo pendências documentais será emitido o CRC - Certificado de Registro Cadastral pelo CADFOR, no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação.

4.3. A simples inscrição do pré-cadastro no sistema *Comprasnet.go*, não dará direito à licitante de credenciar-se para participar deste Pregão, em razão do bloqueio inicial da sua senha.

4.4. O desbloqueio do *login* e da *senha do fornecedor* será realizado somente após a homologação do cadastro do interessado.

4.5. Os interessados que estiverem com o cadastro homologado deverão credenciar-se pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção "*login* do FORNECEDOR", conforme instruções nele contidas.

4.6. O credenciamento implica o uso de *login* e *senha eletrônica* de acesso ao sistema, pessoais e intransferíveis, validados quando da homologação do cadastro do fornecedor.

4.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal perante a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a AGDR, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3201- 6576 e 3201-6578 e para operação no sistema *Comprasnet.go* pelo telefone (62)3201-6515.

5. PROPOSTA

5.1. Após o credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas. Será aceita somente uma proposta por lote para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.

5.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site

www.comprasnet.go.gov.br na data e hora estabelecidas neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, **indicando o preço unitário do item** e o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo pregoeiro.

5.3.1. O sistema *comprasnet.go* possibilita à licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no edital para registro de propostas. Ao término desse prazo, definido no item 2.2, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no edital.

5.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos de formação de preços, tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa do objeto do contrato.

5.7. Será desclassificada a proposta que tiver sido elaborada em desacordo com as exigências e os requisitos deste Edital e seus Anexos e especificamente a proposta que:

a) se apresente incompleta em virtude de omissão ou insuficiência de informação, que não possa ser suprida pelas regras deste Edital;

b) contenha limitações ou condição substancialmente contrastante com as disposições deste Edital;

c) apresente preço unitário ou total, irrisório ou de valor zero, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado;

d) apresente preços abusivos, nos termos do inc. IV do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/1993;

f) apresente proposta alternativa ou oferta de vantagem baseada na proposta dos demais licitantes;

g) contenha apenas o oferecimento de redução sobre a proposta de menor preço.

h) apresente preço unitário ou global superiores ao valor máximo definidos na tabela do subitem 1.3 deste edital.

5.8. Não serão consideradas nas propostas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital.

5.9. A licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, deverá enviar Proposta Comercial, por fax, devendo a mesma conter, obrigatoriamente, ainda:

- a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, nº da conta corrente, Banco, nº da agência, nome do responsável;
- b) Nº do Pregão e nº do(s) lote(s);
- c) Preço em Real, **unitário e total com no máximo duas casas decimais**, onde deverá estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e todos os demais custos diretos e indiretos. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro;
- d) Objeto ofertado, **consoante exigências editalícias** e com a quantidade licitada;
- e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será este considerado;
- f) Data e assinatura do responsável.

6. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital.

6.2. O Pregoeiro realizará a análise preliminar das propostas registradas conforme item 5.3 acima.

6.2.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.2.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. Em seguida, no horário marcado será dado início à fase de lances através do sistema eletrônico, observada as regras de aceitação dos mesmos.

6.4. Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação do fornecedor.

6.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **valor do item**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.5.1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.5.2. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.

6.6. Não serão aceitos para o mesmo item, 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

6.7. Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

6.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, nos endereços eletrônicos utilizados para divulgação (www.agdr.go.gov.br e www.comprasnet.go.gov.br).

6.9. O encerramento da etapa de lances será efetuado por decisão do Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10. Após encerradas as operações referidas no item acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.

6.11. Encerrada a fase de lances, em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, o sistema averiguará se houve empate, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Nesse caso será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.12. Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior àquela considerada detentora da melhor oferta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.11, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.13. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 6.11 e 6.12, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta.

6.14. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sua aceitação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.15. Caso ocorra qualquer hipótese de pane no Sistema Eletrônico *Comprasnet.GO* que comprometa a validação do certame, o mesmo será realizado novamente.

6.16. Configurada a hipótese prevista no item 6.16, não haverá responsabilização da AGDR, bem como não será cabível qualquer recurso por tal motivo.

7. JULGAMENTO

7.1. No julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO DO ITEM**.

7.2. Considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço após a fase de lances e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item 8.7 deste Edital.

7.3. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

7.4. Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do Edital e caso ocorra empate prevalecerá a proposta recebida e registrada primeiro.

7.5. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor.

7.6. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é a licitante detentora da melhor oferta e esta deverá comprovar de imediato sua situação de regularidade (documentação para fins de habilitação). Esta comprovação se dará mediante encaminhamento da documentação via fax. Deverá também enviar, neste momento, via fax, a proposta comercial com todos os documentos exigidos no Edital e seus anexos.

7.6.1. No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do encerramento do pregão o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade na forma prevista neste edital, devendo encaminhar, via correio ou representante, os memoriais originais da Proposta Comercial detalhada por item e a documentação exigida para habilitação, no original ou cópia autenticada.

7.6.2. A licitante que, na condição de **microempresa e empresa de pequeno porte**, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Complementar nº 123, **deverá encaminhar juntamente com a documentação solicitada**, prova de enquadramento da referida condição. Será aceito para este fim **Certidão emitida pela Junta Comercial** ou **documento gerado pela Receita Federal**, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

7.7. Constatado que a licitante que apresentou proposta de menor preço final atende às

exigências editalícias, será ela declarada vencedora.

7.8. Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os licitantes.

7.9. Caso ocorra desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas no artigo 15º, do Decreto Estadual nº 7.468/2011.

7.10. Da sessão pública do Pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.agdr.go.gov.br.

7.11. Havendo empate no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o Pregoeiro, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

- 1º) o disposto no § 2º do Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93;
- 2º) sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

8. REMESSA DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.

8.2. A licitante detentora da melhor oferta, **inclusive se esta for microempresa e empresa de pequeno porte**, deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências, sob pena de inabilitação:

a) Possuir Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN. O CRC deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. O CRC será apresentado em substituição dos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira, demonstrando conformidade com as exigências contidas no Anexo II deste Edital. Caso o CRC apresente “status irregular”, ou caso tenha sido credenciado de forma simplificada, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão. O CRC poderá ser impresso pelo Pregoeiro para averiguação da conformidade exigida.

b) Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo **01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado**, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, **objeto compatível com o item de interesse**. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo.

c) Apresentar **declaração** de que o licitante atende ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

d) **Declaração**, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame (Anexo IV).

e) Apresentar **documento fornecido por certificador independente**, de notório reconhecimento regional ou nacional, comprovando que o jornal possui tiragem diária e abrangência de distribuição em no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual.

8.3. Os documentos exigidos para habilitação não contemplados pelo CRC e a nova proposta com valores readequados ao valor ofertado e registrado como de menor lance deverão ser encaminhados pela licitante detentora da melhor oferta por fax ao Pregoeiro para o nº **(0XX-62) 3201-3969**, de imediato (máximo de **2 horas** ao final da fase de lances), com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada dos documentos, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a data do encerramento do Pregão.

8.4. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

8.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.6. Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, estando a licitante sujeita às penalidades cabíveis.

8.7. Para as **microempresas e empresas de pequeno porte**, em cumprimento ao Artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.466/2011, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

8.7.1. O tratamento favorecido somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

8.7.2. O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.7.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, verificado o atendimento das condições de sua habilitação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8. A critério do Pregoeiro, os prazos constantes do item 8.3 poderão ser prorrogados.

8.9. Os documentos originais da Proposta Comercial e dos Documentos de Habilitação deverão ser enviados em envelope fechado e lacrado contendo os dizeres abaixo descritos no seguinte endereço: Av. 85, nº 1.593, esq. Al. Ricardo Paranhos, Setor Marista, Goiânia - GO, CEP 74.160-010 Goiânia – GO.

Ao

Pregoeiro - AGDR

Edital Pregão eletrônico nº 003/2013/AGDR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS PARA A PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, DE INTERESSE DA AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

9. RECURSOS

9.1. A interposição de recurso, por meio da apresentação de razões de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante durante a sessão pública, e o oferecimento de contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

9.2. Declarado o licitante vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, com o registro da síntese de suas razões, por meio eletrônico e em formulário próprio do sistema eletrônico, no prazo de até 10 (dez) minutos após abertura do prazo recursal pelo sistema.

9.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.3. Ao licitante que manifestar motivadamente a intenção de recorrer será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso através de formulário próprio do sistema eletrônico e, desde logo, intimados os demais licitantes a apresentar, caso queiram, contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do término do prazo do recorrente, através de formulário próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação, pelo pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor.

9.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, por fax, correios ou entregues pessoalmente.

9.6. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo pregoeiro no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão.

9.7. A autoridade competente terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

9.8. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. A decisão do recurso será postada nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.agdr.go.gov.br.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao fornecedor vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

10.2. Decididos os recursos, porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10.3. A homologação da presente licitação compete ao Presidente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

11. ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

11.2. O pedido deverá ser encaminhado ao Pregoeiro, por escrito, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

11.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.4. Acolhida a petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do Contrato originado desta licitação correrão à conta do Orçamento Geral do Estado de Goiás para a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, aprovado para o exercício financeiro de 2013, na dotação 2013.57.01.04.122.4001.4001.03, natureza de despesa nº 3.03.90.39.39, fonte do recurso: Tesouro (00).

12.2. A disponibilidade orçamentária para o exercício seguinte será indicada na respectiva Lei Orçamentária.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da AGDR, as seguintes penalidades:

a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-

se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas nesse item, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a AGDR;

f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b).

13.2 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela AGDR ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14. CONDIÇÕES DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Homologada a licitação pelo Presidente da AGDR, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento de contrato.

14.2. O adjudicatário deverá atender à convocação no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação sem prejuízo da sanção estabelecida no item 13.1.

14.3. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular ou não assinar o contrato ou instrumento equivalente, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e

feita a negociação, assinar o contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

14.5. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.6. As exigências do fornecimento, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

14.7. No momento da contratação e, durante a vigência contratual, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

15. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

15.1. As condições da prestação do serviço; de pagamento e de alterações de preços estão descritas no Anexo V - Minuta do Contrato que faz parte integrante deste Edital independentemente de transcrição.

15.2. O contrato a ser firmado entre a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e o licitante vencedor (adjudicatário) obedecerá, ainda, todas as demais cláusulas, condições, obrigações e responsabilidades expressas na minuta constante do Anexo V deste Edital.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na AGDR.

16.2. É facultado ao pregoeiro ou à(o) presidente da AGDR, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.3. O Presidente da AGDR poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes

validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.7. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.8. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através dos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.agdr.go.gov.br ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

16.9. Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.10. Para dirimir as questões porventura relativas à presente licitação, elege-se o foro da comarca de Goiânia-GO, com exclusão de qualquer outro.

16.11. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II – Documentação;
- c) Anexo III - Declaração 1 (emprego de menores);
- d) Anexo IV - Declaração 2 (declaração de inexistência de fato impeditivo);
- e) Anexo V - Minuta do Contrato.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente ato convocatório (**Edital Pregão Eletrônico nº 003/2013/AGDR**) que terá aviso publicado, nos termos do inc. I, art. 10, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.agdr.go.gov.br.

AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, em Goiânia, **aos 19 dias do mês de novembro de 2013.**

Marcus Vinícius de Santana Amaral
Pregoeiro



ANEXO I

**Termo de Referência juntado às folhas 04 a 07 do processo
nº 201300030000597**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de veículo (jornal de grande circulação no Estado de Goiás) para a publicação de avisos de licitação e outros afins, de interesse da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

1.2. Por grande jornal de circulação entende-se aquele com no mínimo de cinco publicações semanais e distribuição e venda regular em todo estado de Goiás.

1.3. Não serão aceitos para as publicações, jornais de bairro, de sindicatos, de associações, de clubes e de outros cuja circulação seja restrita.

2. DA QUANTIDADE E DOS VALORES ESTIMADOS

2.2. Considerando que a publicação deverá utilizar **duas colunas** da sessão de classificados, e ainda, considerando o tamanho médio de cada publicação é de 16 cm (8 cm x 2col), extrai-se o quantitativo previsto para os próximos 12 meses de 3.000 cm X col.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás	cm / col	3.000 cm	R\$ 19,91*	R\$ 59.730,00

* O valor unitário do cm/col foi baseado no Banco de Preços mantido pela Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN, de acordo com o permissivo da alínea "a" do inciso I, do art. 6º do Decreto 7.696/2012.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Levando-se em consideração que o artigo 37, caput da Constituição Federal prescreve que a administração pública obedecerá ao princípio da publicidade, entre outros;

3.2. Atentando-se para o artigo 21, inciso III da Lei nº 8.666/1993, que exige a publicação de avisos contendo os resumos dos editais de licitação, nas modalidades tomada de preços, concorrências, concursos e leilões em jornal diário de grande circulação no Estado;

3.3. Na modalidade pregão, também, é exigida a publicação do aviso de licitação em jornal de grande circulação no Estado, dependendo do valor estimado para a aquisição de bens ou contratação de serviços, em consonância com a imposição do artigo 10 do Decreto nº 7.468, de 20 de

outubro de 2011.

4. DO PRODUTO

Serviços de veiculação de avisos de editais e outras matérias oficiais em jornal de grande circulação no Estado de Goiás.

A contratada deverá seguir as seguintes especificações de formatação para a publicação:

- Letra Arial
- Utilizar logomarca
- Utilizar o tamanho de letra e espaçamento entre linhas indicados na solicitação do serviço.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento será o do MENOR PREÇO POR ITEM (cm/col).

5.2. A publicação deverá utilizar duas colunas da sessão de classificados, sendo que o valor cotado deverá ser dado para cada coluna, ou seja, do tipo centímetro x coluna.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

6.1. Os serviços ora contratados deverão ser executados de acordo com a demanda de serviços aos quais necessitem da referida exigência legal.

6.2. Os serviços mencionados deverão ser executados por Jornal de Grande Circulação da seguinte forma:

6.2.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo serviço de publicação, a partir de solicitações das Comissões Permanentes de Licitação;

6.2.2. As solicitações dos serviços de publicação serão feitas por meio de ofício, fax, e-mail ou outro meio de comunicação;

6.2.3. Os serviços serão prestados em dias úteis.

6.2.4 O pagamento será feito em conta corrente através de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, desde que as faturas, acompanhadas das cópias das publicações efetuadas, estejam devidamente atestadas e sejam protocoladas até o 5º dia útil.

6.2.5. Após receber o pedido de serviço de publicação, se a CONTRATADA por motivo justificável, não puder executá-lo, deverá avisar imediatamente ao

setor solicitante, para as providências necessárias e adoção de medidas cabíveis quando envolver, principalmente, avisos de editais de processos licitatórios com prazos legais.

7. DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 12 meses, prorrogáveis nos termos da legislação, até o limite de 60 (sessenta) meses.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATANTE

8.1.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito sobre quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o CONTRATO.

8.1.3. Fiscalizar a execução do objeto do CONTRATO.

8.1.4. Efetuar o pagamento as condições e preços pactuados;

8.1.5. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e/ou melhoria;

8.1.6. Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações e documentos necessários para a perfeita execução dos serviços objeto do Contrato.

8.1.7. Prestar os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, atinentes ao objeto da contratação;

8.2. DA CONTRATADA

8.2.1. Efetuar a publicação dos textos solicitados na data indicada pelo Setor Responsável, desde que a solicitação seja feita em até 48 (quarenta e oito) horas anterior a publicação.

8.2.2. Fazer veicular em tempo hábil no jornal as matérias solicitadas pela Contratante;

8.2.3. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupção, dos serviços, mediante comunicação da Contratante respeitada as obrigações contratuais já assumidas pela Contratada, bem como pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não haja dolo por parte da Contratada;

8.2.4. Só divulgar informações acerca da prestação dos serviços, objeto deste

contrato, que envolva o nome da Contratante, mediante sua prévia e expressa autorização;

8.2.5. Responder perante a Contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na condução dos serviços de sua responsabilidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto deste contrato;

8.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante;

8.2.7. Designar preposto (s) para responder (em) pela Contratada perante a Contratante;

8.2.8. Apresentar à Fiscalização as Notas Fiscais ou os Documentos de Cobrança;

8.2.9. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na licitação, sob pena de rescisão contratual;

8.2.10. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação dos serviços, sem prévia anuência da Contratante;

8.2.11. Assumir integral responsabilidade pelos danos pessoal ou material que seus empregados venham causar ao patrimônio público, a sim ou a terceiros, quando da execução dos serviços objeto deste contrato.

9. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, através da Gerência de Licitação e Contratos.

Goiânia, 30 de outubro de 2013

Marcus Vinícius de Santana Amaral
Gerente de Licitação e Contratos

ANEXO II

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA
APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC**

A licitante poderá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

1. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br);
- d) Certidão negativa de débito, expedida pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social (www.mpas.gov.br);
- e) Certidão negativa de débito em relação a tributos e contribuições federais, expedidas pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- f) Certidão negativa de débito quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (www.pgfn.fazenda.gov.br);
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, se sediado/domiciliado em outra unidade da federação, e do Estado de Goiás..
- i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.1. Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC, deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- b) Comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:
- ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,
 - ILG: Índice de Liquidez Geral ou,
 - GS: Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

- c) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Nota:

O Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR da Superintendência de Logística e Suprimentos da SEGPLAN deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “*status irregular*”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

ANEXO III

DECLARAÇÃO 1

Pregão Eletrônico nº 003/2013/AGDR
Processo administrativo nº 201300030000597

.....nome da empresa....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(local e data)

.....
(nome completo e assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO 2

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Pregão Eletrônico nº 003/2013/AGDR

Processo administrativo nº 201300030000597

.....nome da empresa....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA que, até a presente data, inexistente qualquer fato impeditivo superveniente ao seu cadastramento junto à Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN que invalide o seu Certificado de Registro Cadastral ora apresentado para fins de habilitação no **Pregão Eletrônico nº 003/2013/AGDR**

.....

(local e data)

.....

(nome completo e assinatura do representante legal)

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2013

CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS PARA A PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, DE INTERESSE DA AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, QUE NA FORMA ABAIXO ENTRE SI FAZEM:

PARTES:

CONTRATANTE

AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - AGDR, ente autárquico, inscrito no CNPJ nº. 03.540.410/0001-13, situada na Avenida 85, nº. 1.593, Setor Marista, nesta capital, representada por sua Presidenta Sra. **Lêda Borges de Moura** (nomeada pelo Decreto de 07 de fevereiro de 2013), CI nº. 3310025 SSP/DF, CPF nº. 576.951.806-53, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua (Av.) _____, nº. _____, Setor _____, Cidade-UF, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº. _____, tendo como representantes legais _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

01.CLÁUSULA PRIMEIRA FUNDAMENTO LEGAL.

O presente ajuste decorre do **Pregão Eletrônico nº. 003/2013**, devidamente homologado pelo Presidente da CONTRATANTE, conforme Despacho nº. ____/2013-PR, datado de ____/____/2013 (fl. ____); tudo constante do Processo nº. 201300030000597, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, restando o que for omissis.

02.CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

02.1 O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS PARA A PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E OUTROS AFINS, DE INTERESSE DA AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, conforme Termo de Referência (fl. ____).

02.2 Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, obrigando as

partes em todos os seus termos, o Edital e seus anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**.

03. CLÁUSULA TERCEIRA DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE ITENS

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da Lei federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

04. CLÁUSULA QUARTA VALOR, QUANTIDADE, DOTAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS.

04.1 VALOR:

O valor deste contrato é R\$ _____
(_____), conforme proposta da CONTRATADA, datada de ___/___/2013, acostada à fl. ___, sendo calculado da seguinte forma:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás	cm / col	3.000 cm	R\$	R\$

04.1.1 O valor supramencionado leva em consideração todos os custos, despesas de execução, mão de obra, leis sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam sobre os serviços.

04.2 DOTAÇÃO:

04.2.1 A despesa deste contrato correrá por conta da dotação nº. 2013.57.01.04.122.4001.4001.03 - natureza da despesa nº. 3.03.90.39.39, fonte (00), tendo o valor sido empenhado, conforme Nota de Empenho nº. 000 ___, datada ___/___/2013 (fl. _____).

04.2.2 A disponibilidade orçamentária para o exercício seguinte será indicada na respectiva Lei Orçamentária.

04.3 RECURSOS:

Os recursos para execução dos serviços objeto deste contrato são oriundos:

Programa: 4001 / Ação: 4001
Fonte de Recurso: Tesouro

05. CLÁUSULA QUINTA DO FATURAMENTO, REAJUSTE E PAGAMENTO.

05.1 A CONTRATADA deverá protocolizar perante a CONTRATANTE, na Gerência de Licitações e Contratos, a Nota Fiscal/Fatura correspondente;

05.1.1 O valor total do serviço, constante da respectiva Nota Fiscal/Fatura, deverá ser apresentado com base no preço obtido no Pregão Eletrônico, ou seja, será pago o valor unitário vezes a quantidade de cm/col publicado;

05.2 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após protocolização e aceitação pela CONTRATANTE da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato e será creditado na conta corrente em nome da CONTRATADA.

05.3 Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período poderá ser utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento, desde que requerido pela CONTRATADA.

05.4 Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista poderá ser utilizado o Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pela Superintendência de Suprimento e Logística;

05.5 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 05.2 acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

05.6 Em caso de atraso de pagamento (ou seja, após a data estabelecida como limite de vencimento da obrigação) por culpa ou por fato de responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o valor da nota fiscal / fatura não quitada incidirão, unicamente, juros à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata die, até o seu efetivo pagamento, desde que solicitado por escrito pela CONTRATADA.

05.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

06. CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA E DA GESTÃO DO CONTRATO

06.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da

25

data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado mediante termo aditivo, observado o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

06.2 A gestão e a fiscalização do Contrato ficará a cargo de servidor da CONTRATANTE designado através de portaria, nos termos do Art. 51 da Lei Estadual nº 17.928/2012;

06.3 Ao gestor do contrato – representante designado pela CONTRATANTE – caberá fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

06.3.1 anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

06.3.2 transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, quando for o caso;

06.3.3 dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

06.3.4 adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

06.3.5 promover, com a presença do contratado, a verificação dos serviços e fornecimentos já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

06.3.6 esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

06.3.7 fiscalizar a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

07. CLÁUSULA SÉTIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

07.1 Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais,

previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

07.2 A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente contrato e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

07.3 A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

07.4 A CONTRATADA ficará obrigada a manter, durante o contrato, todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

07.5 A CONTRATADA obriga-se a atender ao objeto deste contrato de acordo com as especificações e critérios estabelecidos no Edital e seu Anexo I – Termo de Referência e ainda:

07.5.1 Prestar serviços em conformidade com a Cláusula Segunda e cumprir com os prazos de entrega determinados neste contrato;

07.5.2 Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, através do gestor do contrato, que acompanhará a prestação dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

07.5.3 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, também as normas da CONTRATANTE;

07.5.4 Responsabilizar-se pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente contrato serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

07.5.5 Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

07.6 Sempre que a Administração requerer, a CONTRATADA deverá apresentar relação de todos os sócios que compõem seu quadro social.

08. CLÁUSULA OITAVA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

08.1 A CONTRATANTE deverá:

08.1.1 Exercer a fiscalização da execução do objeto na forma prevista pela Lei federal 8.666/93;

08.1.2 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos serviços;

08.1.3 Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto;

09. CLÁUSULA DÉCIMA

DO PRAZO E DA SUBCONTRATAÇÃO

09.1 – A Contratada deverá efetuar a publicação dos textos solicitados na data indicada pelo Setor Responsável, desde que a solicitação seja feita em até 48 (quarenta e oito) horas antes da publicação.

9.2 Não será admitida a subcontratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS PENALIDADES

10.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da AGDR, as seguintes penalidades:

a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas nesse item, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em

firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a AGDR;

f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b).

10.2 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela AGDR ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA RESCISÃO

12.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

12.1.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, X a XII, XV, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.1.2 consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.1.3 judicial, nos termos da legislação.

12.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.3 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto, no que couber, nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente

motivados nos autos do processo, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA
TERCEIRA**

DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Goiânia para dirimir as questões oriundas da execução deste contrato.

13.2 E, por estarem as partes desse modo contratadas, foi o presente instrumento impresso em 03 (três) vias, de igual teor que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR, em Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2013.

Lêda Borges de Moura

Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____

Nome

Nome:

CPF:

CPF: